



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 66

III Sessão Legislativa

Horta, Sexta-feira, 24 de Janeiro de 2003

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados António Loura e Raúl Rego*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 9 horas e 15 minutos)

No Período da Ordem do Dia, foram debatidas e votados os seguintes diplomas:

1º - Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre “Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 15-A/98, de 25 de Setembro, diploma que estabelece os apoios a conceder aos sinistrados da crise sísmica de 9 de Julho de 1998, com vista a promover a reconstrução das habitações afectadas, através da opção de medidas excepcionais de carácter financeiro”.

2º - Projecto de Decreto Legislativo Regional - “Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 15-A/98-A, de 25 de Setembro, apresentado pelo Partido Comunista Português.

Feita a apresentação dos diplomas pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*) e pelo Sr. Deputado José Decq Mota (*PCP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Renato Leal (*PS*) e Hernâni Jorge (*PS*).

Submetidas à votação, as propostas em apreço foram aprovados por maioria.

3º - Proposta de Decreto Legislativo Regional que “Cria a Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infra-estruturas S.A. (SPRHI,S.A).

O debate iniciou-se com a intervenção do Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*), tendo usado posteriormente da palavra os Srs. Deputados Paulo Gusmão (*PP*), José Decq Mota (*PCP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Renato Leal (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Costa Pereira (*PSD*), Lizuarte Machado (*PS*), Francisco Sousa (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*).

Submetida à votação a proposta foi aprovada por unanimidade, tanto na generalidade, como na especialidade, com excepção do artigo 6º que foi aprovado por maioria.

4 – Proposta de Resolução que declara findo o período legislativo de Janeiro.

A proposta em apreço foi aprovado por unanimidade.

(Os trabalho terminaram às 11 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, bom dia.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

(Eram 9 horas e 15 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

António das Neves Lopes Gomes

António José Tavares de Loura

Dionísio Mendes de Sousa

Fernando Manuel Machado **Menezes**
Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**
Francisco Couto de **Sousa**
Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**
Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno **Rocha**
Hernâni Hélio **Jorge**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José de Sousa **Rego**
José do **Nascimento** de **Ávila**
Lizuarte Manuel **Machado**
Luís Paulo de Serpa **Alves**
Manuel Avelar da Cunha Santos
Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**
Manuel Soares da **Silveira**
Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**
Maria da **Natividade** da **Luz**
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Óscar Manuel Valentim da **Rocha**
Osório Meneses da **Silva**
Paulo Manuel Ávila **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
António **Bento** Fraga **Barcelos**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
José **Francisco** Salvador **Fernandes**

José Joaquim Ferreira Machado

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

José Manuel Avelar Nunes

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de Medeiros

Manuel Ribeiro Arruda

Mark Silveira Marques

Raúl Aguiar Rego

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

Partido Popular (PP)

Artur Manuel Leal Lima

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Paulo António de Freitas Valadão

Presidente: Estão presentes 43 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com o debate dos diploma:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre “Alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 15-A/98, de 25 de Setembro, diploma que estabelece os apoios a conceder aos sinistrados da crise sísmica de 9 de Julho de 1998, com vista a promover a reconstrução das habitações afectadas, através da opção de medidas excepcionais de carácter financeiro”.

- Projecto de Decreto Legislativo Regional - “alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 15-A/98-A, de 25 de Setembro, apresentado pelo Partido Comunista Português.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos para apresentar o diploma.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No âmbito daquilo que já tinha ficado estabelecido na altura da aprovação deste Decreto em 1998, o Governo considerou, junto com outros partidos políticos, que seria necessário, ao longo deste processo, aprimorar qualquer questão que a prática viesse a considerar desejável, perante alguma iniquidade ou injustiça que a lei pudesse favorecer.

Chegámos à conclusão, depois de alertados não só por situações que se relatavam que existiam, mas que não tínhamos como comprová-las, nem que a lei previa, que tínhamos que apresentar esta proposta de alteração a este Decreto Legislativo Regional, nomeadamente estatuidando que os proprietários que estavam sujeitos a benefícios, ao abrigo do diploma, fugiam a uma situação sansionatória, nomeadamente em relação ao ónus de inalienabilidade.

Isso, quanto a nós, pareceu-nos que era uma omissão injustificada que acabava por conduzir a um tratamento desigual perante todos os outros beneficiários deste diploma.

É por isso que trazemos esta pequena alteração ao Decreto Legislativo Regional 15-A/98, de 25 de Setembro, porque parece-nos que ela vai introduzir um factor de maior justiça, maior moralidade na atribuição dos apoios e maior equidade nessa aplicação.

Se os beneficiários previstos neste diploma, que não os proprietários, já têm este tipo de obrigações, não nos parece que elas não possam e não devam ser transversalmente assumidas por todos aqueles que auferem de apoios públicos e que se inscrevem no âmbito da aplicação do diploma.

É com esta intenção que trazemos esta proposta de alteração, porque nos parece que ela melhora o espírito do diploma e a justiça que ele deve conferir na aplicação de subsídios e de apoios públicos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para apresentar a Proposta de Resolução.

Deputado José Decq Mota (*PCP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PCP, em dada altura, chegou à conclusão que seria correcto ter uma iniciativa neste aspecto, não só por ter conhecimento de um ou outro caso absolutamente excepcional de aproveitamento de uma lacuna legal e para um desvirtuamento de um benefício que estava legalmente constituído, mas também porque esse um ou outro caso estavam a ter um empolamento, em termos de comunicação social, e estavam a contribuir para o desvirtuar de toda uma situação da própria reconstrução, do comportamento dos sinistrados e tudo o mais que não era a nenhum título aceitável.

Nós, que somos aqueles que na vida colectiva temos a responsabilidade de fazer os quadros legais, de fazer as leis, não temos que ter nenhum complexo, quando se descobre que uma lei tem uma lacuna, uma carência ou um erro, em trabalhar para corrigir essa lacuna, essa carência ou esse erro.

É dentro deste sentido que o Grupo Parlamentar do PCP, dando o seu contributo e desconhecendo na altura que o assunto também estava a ser tratado pelo Governo, avançou com o seu Projecto de Decreto Legislativo Regional.

O nosso objectivo é contribuir para a resolução deste problema e foi este o comportamento que tivemos em ambas as comissões e é este comportamento que temos tido no diálogo com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e com o Governo Regional.

Que saia daqui uma solução juridicamente limpa, justa, correcta e que resolva de todo em todo este problema.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Muito rapidamente para dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista aprovou, a seu tempo, na generalidade, estes dois diplomas.

Efectivamente, ambos manifestam a preocupação de se ultrapassar – permitam-me que o diga – uma brecha do sistema e como nestas coisas os golpistas são sempre uns espertalhões, convém atacar o mal pela raiz, o mais cedo possível.

É isso que se verifica nos dois diplomas. Cada um, à sua maneira, tentou corrigir esse aspecto que acabámos de referir e quer o Sr. Secretário, quer o Sr. Deputado José Decq Mota, já tinham apoiado.

Gostaria de salientar que, na tramitação havida, o Sr. Presidente da Comissão de Política Geral teve a amabilidade de me comunicar que na reunião em que a comissão apreciou estes documentos, foi deliberado consultar a Comissão Eventual de Acompanhamento da Reconstrução, o que fizemos dentro do prazo que nos foi solicitado e que mereceu a unanimidade dos partidos presentes, relativamente à generalidade deste documento.

Este momento é importante na medida em que a partir de agora esta moldura legislativa passará a ficar mais consistente e justa.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação na generalidade e, em primeiro lugar, vamos votar o diploma apresentado pelo Governo Regional e em seguida o do PCP, com o entendimento de que, para evitar segunda votação como fizemos ontem, passa à especialidade o primeiro que eu anunciei.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 15-A/98, de 25 de Setembro, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 13 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos à votação do Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, o Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 13 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos à votação na especialidade, tendo em conta a proposta apresentada pelo Governo Regional.

Artigo 1º. Este artigo faz menção a outros artigos e por isso tenham isso em atenção no debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para o artigo 1º ora em discussão na especialidade, os Grupos Parlamentares do Partido Socialista e do PCP apresentaram uma proposta de alteração que visa essencialmente acolher e ir ao encontro de uma preocupação interpretativa manifestada pelo Grupo Parlamentar do PCP, na convicção de que tínhamos e mantemos, de que a solução, tal como era proposta pelo Governo, não levaria a esse perigo em termos de interpretação, mas uma vez que a questão foi colocada, a proposta que os dois grupos parlamentares fizeram chegar à Mesa, visa clarificar por forma a que no elemento gramatical não subsista qualquer dúvida relativamente à interpretação que se pretende dar a essa nota.

Presidente: Passamos à votação da proposta de alteração que diz respeito ao artigo 16º do diploma e vamos votar o artigo 1º que envolve alterações aos artigos 16º, 17º e 18º do diploma principal.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 14 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Vamos votar de seguida a parte restante deste artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 14 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Artigo 2º.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 14 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Artigo 3º.

Está aberto o debate.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 14 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PCP, 14 votos de abstenção do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: O diploma baixa à Comissão para redacção final.

Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos – **Proposta de Decreto Legislativo Regional que “cria a Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infra-estruturas S.A (SPRHL,S.A).”**

Recordo que este debate vai ser feito por tempos globais, como anunciei ontem.

Recordo que o Partido Socialista e o Governo têm 44 minutos, o PSD 22 minutos, o PCP 10 minutos e o PP 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos para apresentar o diploma.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

A presente Proposta de Decreto Legislativo Regional, que o Governo apresenta à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, visa a criação de uma sociedade anónima de capitais públicos, cujo objecto, sendo simultaneamente de longo prazo, incorpora um conjunto de competências na área da Habitação e Infra-Estruturas, dentro e fora dos períodos das calamidades que frequentemente atingem os Açores.

Ainda que marcada por um objectivo de curto prazo – recurso ao financiamento para fazer face à gestão das necessidades do processo de reconstrução das Ilhas do Faial e Pico – a Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infra-Estruturas, S. A. será um instrumento estratégico posto ao serviço da nossa capacidade de auto-governo, ou seja, corresponde a uma solução inteiramente regional que reflecte as potencialidades e virtualidades da nossa autonomia, para resolvermos problemas e desenvolvermos a nossa Região.

A criação desta sociedade anónima demonstra, igualmente, a orientação do Governo Regional em explorar todas as potencialidades da nossa Autonomia, ultrapassando constrangimentos e limitações impostos aos Açores e que, deste modo, são superados, como são os casos, da não autorização de endividamento, do rigor injusto com que fazem pagar os Açores o objectivo de contenção do défice, ou mesmo a falta de solidariedade nacional evidenciada pelo actual Governo da República. Além disso, esta sociedade anónima terá grande utilidade no todo regional, nomeadamente, quando for necessário responder com prontidão e eficácia perante situações futuras inesperadas, sem a dependência total e sufocante das conjunturas políticas e económicas externas à Região.

Esta é também mais uma iniciativa positiva e construtiva para financiar o processo de reconstrução, depois das múltiplas tentativas e acções, levadas a cabo pelo Governo Regional e que, a partir de 2002, se depararam sempre e sempre com obstáculos comprometedores do seu curso normal. Na verdade, em 2002 retiraram-nos os 20 milhões de euros assumidos como compromisso pelo anterior Governo da República, impediram-nos o endividamento de 32,5 milhões de euros mesmo depois da Assembleia da República o ter autorizado, não foi possível firmar um acordo com a Associação de Industriais de Construção Civil, pois logo alguém se encarregou de destruir mais esta solução e, em 2003 voltou a não ser permitido o endividamento de 25 milhões de euros, apesar da insignificância destes montantes de endividamento, em termos do agravamento do défice nacional (só 0,04%!).

Neste quadro de sucessivas e injustificáveis dificuldades impostas à Região, e, com a dilação do prazo do apoio financeiro à reconstrução, de 2004 para 2006, por via da proposta de financiamento do Governo da República, estavam criadas as piores condições no sentido de perturbar, irremediavelmente, o ritmo que se conseguiu atingir em 2002. Com 2106 casos apoiados (75%) no montante de 77,3 milhões de euros, com 381 obras em curso do regime de empreitadas, mais as 160 suspensas desde Novembro de 2002, a reconstrução estava na marcha correcta em ordem ao terminus das empreitadas em 2003 e 2004, caso não ocorressem imprevistos significativos.

Por outras palavras, pode afirmar-se que os atrasos impostos pelo Governo da República de dois anos, perante os prazos contratuais das empreitadas da responsabilidade do Governo, iriam ter consequências brutais. Seria preciso impor às empresas um baixo ritmo para que as empreitadas que terminariam este ano só terminassem em 2005 e as que estariam concluídas em 2004 só se concluíssem em 2006; mais, o processo ficava, à partida, mais caro, porquanto as imobilizações de estaleiros, as questões de aprovisionamento de materiais e a **utilização de mão-de-obra durante** mais dois anos acarretariam aumentos de custos exorbitantes. Seria pagar mais às empresas para estas andarem menos!

O que estaria em causa, nesta perspectiva aplaudida por alguns partidos da oposição, seria, em primeira e última instância, defraudar legítimas expectativas dos

sinistrados que esperavam as suas casas em 2003 e 2004. Nunca aplaudimos esta iniciativa negativa, capeada pela percentagem dos 60%, pois ela estava associada ao prolongamento do prazo das empreitadas, com todas as implicações que isso teria.

Avisámos, de modo responsável, já em 2002 que a reconstrução iria sofrer grave abrandamento ou até parar se se mantivesse este quadro de défice de financiamento e prolongamento dos prazos contratuais de 2004 para 2006. Suspendemos 160 obras em finais de 2002, e, já este mês reafirmámos que teríamos que suspender as obras em Fevereiro, com excepção das administrações directas, se entretanto as soluções em que continuávamos a trabalhar não fossem suficientes para que esse período de suspensão pudesse ser encurtado ou até anulado.

O Governo Regional nunca desistiu, portanto, de procurar soluções para o financiamento da reconstrução e também demonstra, mais uma vez, grande capacidade de superação de dificuldades, como aliás se tem verificado na reposição da normalidade, face às frequentes calamidades que têm assolado os Açores desde 1996.

Hoje, apostamos, com confiança, na criação desta sociedade anónima, porque ela assenta em diversos princípios que lhe garantirão sustentação económico-financeira e potencialidades na ajuda ao desenvolvimento da Região.

Em primeiro lugar, na estrutura desta sociedade anónima inscrevem-se objectivos de adequado nível de abrangência, o que permitirá a implementação de um Plano de Negócios, coerente com os objectivos gerais traçados pelo Governo e, sobretudo, facilitador da actuação da empresa com vista a gerar receitas ou mais valias potenciais.

Em segundo lugar, a gestão de bens, actualmente, inertes em termos de liquidez, e que fazem parte do domínio da Região, servirá para cobrir o serviço da dívida e realizar mais valias, conjuntamente com a transferência de património regional para a sociedade anónima, assim como o estabelecimento de contratos-programa e a concessão de avales (apesar da nova e recente ameaça do centralismo nacional em atacar, no seu âmago e outra vez, a Lei de Finanças Regionais).

Devido à qualidade e valor esperado do parque imobiliário da sociedade (de elevado valor líquido e "bancável"), à disponibilidade do Governo Regional em avalizar

operações de crédito e à credibilidade da gestão esperada para esta sociedade, bem como à sua transparência, entendida no seu funcionamento e formas de rentabilização, espera-se grande apoio do sistema bancário.

A SPRHI, S.A constituirá, por conseguinte, uma ferramenta especializada e flexível do Governo Regional, enquanto entidade responsável pela gestão activa e moderna do património imobiliário da Região Autónoma dos Açores que lhe for confiado, nomeadamente, no que diz respeito à identificação cadastral/dinamização do parque habitacional e de outros bens imóveis.

Para além do que já referimos, esta forma de organização permitirá agilizar ou otimizar o relacionamento com o sistema financeiro, potenciando-se a obtenção de soluções de financiamento, mais adequadas à realização ou execução de projectos ou programas de interesse público, de dimensão considerável e impactos financeiros significativos na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente os resultantes de catástrofes naturais de que é exemplo, neste momento, o processo de reconstrução das ilhas do Faial e Pico.

Estamos, de novo, a apresentar uma boa solução para responder, simultaneamente, de modo imediato e prospectivo a problemas e desafios que se colocam ao nosso desenvolvimento.

Com coragem, o Governo Regional está sempre presente em todas as dificuldades e nos sucessos dos açorianos. Não fugimos do quotidiano porque acreditamos no futuro. Perante um problema, como afirmou o Presidente do Governo, somos parte da sua solução. Perante uma solução gostaríamos que o PP e o PSD não continuassem como até aqui, a ser sempre o problema.

Continuaremos a mudar os Açores e a vencer as batalhas do nosso dever, sempre que a nossa imaginação, engenho e determinação corresponderem aos desígnios maiores da nossa Autonomia Regional. Sempre foi assim e, no futuro também o será!

Quando Lisboa nos negligenciar não deixaremos, como agora, a nossa Região parar!

Muito obrigado

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desde logo, quero deixar uma nota prévia que tem a ver com o teor do discurso deixado aqui e que pouco tem a ver com documento que se quer analisar.

Com todo o respeito, julgo que é um discurso feito de falsidades, algum ódio e até com a intenção de espantar o terror.

É um discurso bonito para quem quer justificar alguma coisa, que foi bonito durante tanto tempo, mas a partir de hoje, Sr. Secretário Regional, V. Exa. vai fazer um rolinho com esse discurso, vai entregá-lo ao Sr. Deputado Dionísio Sousa, ele vai rasgá-lo e V. Exa. já não terá nem mais um motivo, nem mais justificação para estar sempre a encontrar fantasmas naquilo que V. Exa. não tem capacidade de fazer.

Seguramente, nós vamos votar a favor desta proposta. Esta proposta será aprovada pela Assembleia Legislativa Regional. Pela última vez V. Exa. vai, com todos os poderes, com todos os meios, com todas as possibilidades, de uma vez por todas resolver o problema da reconstrução, mas não venha mais levantar fantasmas, porque o único fantasma que houve em tudo isso, V. Exa. sabe que é aquele, o tal se calhar a quem chama o problema, o tal se calhar a quem alguém teve de o repreender ao fim de três dias.

O Sr. Secretário quis dramatizar ainda mais tudo isso. Saúdo-o até na sequência daquelas que foram as posições de alguns partidos, de alguma sociedade civil e que foi também a posição do meu partido, que foi imediatamente à leviandade de, entre a entrega de três casas, anunciar essa coisa simples que é, por acaso, vamos suspender a reconstrução, sem qualquer reflexão, sem qualquer justificação.

Porquê 8 meses? Porquê esse prazo? Fez algum estudo que dissesse que o que ia gastar em indemnizações não era igual àquilo que porventura gastaria na continuação das obras? Nem sequer pensou na parte social, nos funcionários, nos trabalhadores que estão nesta ilha.

Por isso saúdo com sinceridade o Sr. Presidente do Governo Regional que, de facto, percebeu que tinham posto o pé onde não deviam ter posto. Portanto, deviam dar o dito por não dito, voltar atrás e encontrar uma solução.

Pergunta-se: encontrar uma boa solução em 3 dias? Em 3 dias os senhores puseram aquilo que tinham na dúvida há muito tempo. Vamos ou não usar aquilo que a Região Autónoma da Madeira usa?! Vamos ou não usar a proposta que Alberto João Jardim faz e que tem 4 ou 5 sociedades dessas?! Portanto, não é nenhum brilhantismo, não é nada de novo. A Madeira tem 4 ou 5.

O Sr. Secretário decalcou e fez muito bem.

É essa a solução, é essa que quer, é essa que prefere. É por via do empréstimo.

Os senhores não quiseram usar o nosso orçamento. Não há nenhum problema.

Os senhores preferem ser por via do empréstimo através desta sociedade. Muito bem!

O que é importante é que se resolva com responsabilidade e que o Sr. Secretário Regional saia daqui com essa responsabilidade.

Já levou “um puxão de orelhas” do seu Presidente. Não continue agora a arranjar motivos para lhe darmos “puxões de orelhas”.

A partir de agora, Sr. Secretário, não há mais nada a dizer. A partir de agora o senhor pode endividar-se no que quiser, poderá fazer como bem entender.

Sr. Secretário, é uma carta branca. Vamos ver se é capaz!

Vamos ver se aquele discurso servirá para ser rasgado ou não.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Deputado Dionísio de Sousa (PS): O pior é quando é o Governo a rasgar regras, papéis, a Constituição. Tudo isso já foi rasgado!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos iniciar o debate da constituição de uma Sociedade Anónima de Capitais Públicos que, se aprovada, irá possibilitar que as empreitadas públicas, incluídas no processo de reconstrução em curso, não sofram uma suspensão de alguns meses.

Essa hipótese de haver uma suspensão das empreitadas resulta da rotura de financiamento que o processo de reconstrução teve e que se traduz, concretamente, numa dívida de um pouco mais de 7 milhões de contos referente a anos findos.

As razões dessa ruptura financeira já foram amplamente analisadas nesta Assembleia desde Setembro passado.

Tem que se recordar essa análise para que, em termos das razões das coisas, os assuntos fiquem completamente claros e não haja mistificação provocada por aqueles que querendo estar perto, estão muito longe

Temos que concluir que a não transferência de qualquer verba do Estado em 2003, somada à recusa em concretizar a autorização de endividamento obtida no Orçamento Rectificativo, à recusa em autorizar a Região um endividamento extraordinário para a Reconstrução e mesmo à recusa em autorizar endividamento em 2003, levaram a uma intolerável situação de asfixia que se repercute directa e inevitavelmente na reconstrução, no seu ritmo e acima de tudo na vida dos sinistrados que não têm ainda os seus problemas resolvidos.

Se a interrupção da solidariedade nacional foi um acto condenável e que apenas pretendeu impor um novo e mais lento ritmo de trabalho ao processo, as sucessivas recusas em autorizar o endividamento constituem uma brutalidade sem precedentes que visam garantir a impossibilidade concreta do processo continuar no quadro da normalidade relativa do investimento público que se vive desde 98.

Os autores e os defensores desta estratégia não autonomista, concebida num “laboratório político”, de total cariz centralista, sabiam à partida que os Órgãos da Região Autónoma dos Açores tinham dois caminhos possíveis, nesse quadro: ou reduziam o andamento do processo de reconstrução, adaptando-o ao calendário dilatado em 2 anos imposto pelo novo mapa de atribuição de verbas estabelecido pelo Governo da República e adaptando-o também às disponibilidades financeiras regionais existentes, ou aumentava-se enormemente os 12% do Plano Regional atribuídos anualmente ao processo de reconstrução, o que só poderia ser feito sem contar com os valores de comparticipação comunitária de muitos projectos em curso

e que, assim sendo, paralisaria uma grande parte do investimento em curso, com um injustíssimo prejuízo para o desenvolvimento regional.

Acresce que esta última opção, a ser tomada, significaria também uma completa dispensa da Região em relação ao facto da solidariedade nacional ser uma obrigação irrecusável.

Os mentores desta estratégia pensaram que, com o estrangulamento financeiro, obteriam um de dois resultados, ou os dois em conjunto: atrasavam a reconstrução e assim acentuavam descontentamentos ou provocavam uma muita acentuada retracção no restante investimento público e assim generalizavam descontentamentos.

O interesse geral dos Açores, o interesse específico dos sinistrados do sismo de 98, associados à ideia de que é ilegítima qualquer actuação que vise deliberadamente e causando graves problemas sociais travar o normal e possível curso dos processos ligados ao desenvolvimento, obrigam a que esta estratégia destrutiva seja claramente derrotada.

Foi esse objectivo que sempre procuraram todos os que se empenharam em encontrar soluções credíveis para o financiamento do processo de reconstrução

Goradas várias soluções é agora o momento desta Assembleia Legislativa se debruçar sobre um mecanismo — criação de uma Sociedade Anónima de Capitais Públicos — que poderá assumir o papel de contratante das empreitadas públicas e que poderá, mediante o recurso ao crédito, antecipar valores que os Orçamentos Regional e do Estado vão atribuir ao processo de reconstrução e que, por via de contratos programa, serão as receitas que farão com que a Sociedade Anónima pague a seu tempo as dívidas.

Esta solução evita que as empreitadas parem; esta solução pode mesmo motivar que o calendário contratualizado, em relação às empreitadas, seja respeitado; esta solução constitui, no quadro que foi criado com o estrangulamento financeiro, a resposta certa para uma estratégia a todos os títulos condenável.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A reconstrução foi alvo de um estrangulamento financeiro, mas também teve muitas vicissitudes, ao longo do tempo, que resultaram em grande parte do estilo e da orientação que foram assumidas e introduzidas.

Desde 1998, nesta Assembleia e noutras instituições, o PCP procurou contribuir para que o processo fosse o mais equilibrado e eficiente possível.

Tem que se dizer hoje, tal como fiz em Maio e em Setembro passado que o Governo Regional nunca se mostrou receptivo não só à correcção oportuna de anomalias, como principalmente à adopção de um estilo que permitisse uma clara ultrapassagem das muitas dificuldades que foram surgindo logo em inícios de 1999.

Um ponto alto dessa postura negativa tem a ver com a Resolução 16/2001 aqui aprovada e sobre a qual o Governo nunca manifestou explicitamente, até ao momento, intenção de acatar e respeitar.

Esta não é uma questão menor. Não o é, porque se a Resolução 16/2001 for cumprida o processo de reconstrução será completo e se não o for seriam muitos os casos a serem administrativamente arquivados ou simplesmente não considerados.

É, pois, essencial, neste momento em que se estão a tomar decisões que vão alterar em profundidade o processo de reconstrução, que existam garantias políticas explícitas de que o processo é para ser integralmente cumprido e que, para além das empreitadas, serão tomadas as medidas que permitam encarar todos os casos com especial destaque para os que são referidos na Resolução 16/2001.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A empresa a ser criada vai ter a seu cargo as empreitadas públicas da reconstrução. A Secretaria Regional da Habitação vai conduzir, através dos seus serviços, todos os casos que tenham a ver com administração directa ou, ainda, aquisições.

Queria enfatizar uma ideia já posta. A reconstrução é o somatório desses dois tipos de intervenção.

De acordo com o anunciado, o Centro de Promoção da Reconstrução será extinto, continuando naturalmente a caber ao Governo Regional a condução e a tutela do processo de reconstrução.

Fá-lo-á quer por via das orientações que estabelecerá para a SPRIH, SA, quer por via das intervenções realizadas pela Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos.

Temos assim um processo com uma forma de orientação muito diferenciada da que foi seguida até agora. Estas alterações profundas poderão, desde que bem conseguidas, ser muito positivas e podem motivar que a parte que ainda falta seja feita no sentido de melhor eficácia e justiça.

Surge entretanto uma situação ligada ao processo que, no nosso entender, tem que ser ponderada.

A extinção do Centro de Promoção da Reconstrução provoca o desaparecimento do Conselho Consultivo que hoje existe a ele ligado. Na óptica do Grupo Parlamentar do PCP é de fundamental importância que continue a existir legalmente e que funcione efectivamente um órgão de consulta que veicule os pontos de vista da sociedade e pontos de vista qualificados.

Para que não fique um vazio legal e para que exista a possibilidade real de haver participação, o Grupo Parlamentar do PCP irá propor a criação de um Conselho Consultivo da Reconstrução que assegure uma adequada participação dos Municípios e de outras entidades.

O respectivo Projecto de Decreto Legislativo Regional do PCP irá entrar nesta Assembleia até ao próximo dia 30 de Janeiro.

Pensamos que com este Projecto daremos um contributo para que exista no plano consultivo a possibilidade de haver uma ligação viva da condução do processo ou sentir da sociedade e saberes qualificados que é necessário que não sejam esquecidos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Secretários Regionais:

Este debate de uma proclamada solução para os problemas da reconstrução merece uma avaliação em dois pontos.

A primeira é uma mensagem de esperança que o PSD quer deixar, olhando o futuro. O PSD vai aprovar esta sociedade anónima na convicção de que, tal como proclamou o Governo Regional, é uma solução para resolver os problemas da reconstrução, resolver o desespero dos sinistrados que ainda hoje não têm os seus casos resolvidos.

Não há mais tempo a perder. Os sinistrados já perderam muito tempo e têm razão para estarem desesperados.

De nós esperam soluções, estão fartos de desculpas.

Olhamos o futuro. Por isso queremos dar uma mensagem de esperança e de responsabilização. De esperança aos sinistrados, de responsabilização ao Governo Regional que deixa agora de ter desculpas com a criação desta sociedade anónima que vai compensar com competência, a incompetência até agora sofrida pelos sinistrados, quer por parte do Governo Regional, quer por parte do Centro de Promoção de Reconstrução.

É esta a primeira nota, a primeira observação positiva e por isso a justificação do voto favorável do PSD a esta sociedade.

A segunda nota, tem a ver com o realismo. Primeiro, esta solução não é inventada como falsamente, em nossa opinião, foi aduzido pelo Presidente do Governo com grandes estudos e consultadoria, por isso levou muito tempo até chegar a esta conclusão.

Esta sociedade não é mais do que uma cópia do que na Região Autónoma da Madeira o Governo Regional já encontrou desde 2000.

Deputado Dionísio Sousa (PS): E por que é que vocês não copiaram?

Olha que nem sequer copiar sabem!

O Orador: Por isso torna-se irónico que tenha sido nesta mesma tribuna que o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, precipitada e irresponsavelmente, nos primeiros dias deste ano, não tenha vindo ao Faial trazer uma mensagem de

esperança aos sinistrados. Veio ameaçar e anunciar a suspensão dos trabalhos da reconstrução, a partir do dia 1 de Fevereiro, durante 8 meses.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Já está a omitir!

Deputado Paulo Messias (*PS*): Quando não há dinheiro, não há!

O Orador: Irresponsável, Sr. Secretário! Precipitado, Sr. Secretário!

Isto não é dito apenas pelo Partido Social Democrata, mas também pelos partidos da oposição e pelos sinistrados. O Sr. Presidente da AICOPA diz com clareza cristalina que o Sr. Secretário foi precipitado e irresponsável. É esta a designação que lhe tem ficado assente no processo da reconstrução.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): **O senhor leu o artigo do Sr. Gustavo Moura.**

O Orador: **Por isso é irónico que o senhor venha hoje aqui, pomposamente, anunciar uma solução que surge por reacção à determinada, destemida e imediata posição que o Partido Social Democrata assumiu no dia seguinte ao seu anúncio, relativamente à suspensão dos trabalhos.**

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: **Em reacção ao descrédito que lhe conferiu a Câmara Municipal da Horta quando, por unanimidade, considerou inaceitável a suspensão dos trabalhos da reconstrução.**

Todos os outros partidos da oposição reclamaram que se encontrasse uma solução e não se ficasse pela ameaça, como anunciou o Sr. Secretário, da suspensão dos trabalhos.

Deputado Manuel Campos (*PS*): **Pura demagogia!**

O Orador: **Isso levou a que reactivamente o Sr. Presidente do Governo viesse apresentar, numa sexta-feira, após o seu irresponsável e dramático anúncio, uma solução.**

Basta de olhar o passado! Basta de observar criticamente e com razão este comportamento sinuoso que o Governo Regional teve, em matéria de reconstrução!

Olhemos o futuro!

O futuro é ter esperança na competência desta sociedade, para encontrar as soluções desejadas, para encontrar a suficiência financeira e manter com critério e rigor a execução das obras da reconstrução nas Ilhas do Faial e do Pico.

O Sr. Secretário preocupou-se, até nesta apresentação de uma solução que visa o futuro, com o passado, olhando para trás e voltando a esgrimir o mesmo rol de desculpas que sempre apresentou neste processo de reconstrução.

O senhor olha para trás com desculpas, mas vai deixar de olhar para a frente, porque na verdade até lhe posso interpretar (é legítimo interpretar!) que a autonomização do processo de reconstrução, através de uma sociedade anónima de gestão de direito privado, é uma ajuda para retirar da sua tutela um processo...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Está na minha tutela. Está mal informado!

O Orador: ... que deve ser eficiente e que até agora tem sido mal tratado e mal conduzido, responsabilidade sua e do Centro de Promoção da Reconstrução.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Sr. Secretário Regional, a propósito de responsabilização, em matéria de transferências do Orçamento do Estado ou da República, segundo resposta a um requerimento do Partido Social Democrata, a última transferência terá sido feita em 1999.

Se há problemas na vinda de verbas da República, eles ocorrem já há muito tempo e o problema da reconstrução não é de 2002. É um problema de incompetência na execução das obras no terreno, coordenadas pelo Governo Regional e pelo Centro de Promoção da Reconstrução, e de problemas

financeiros que o Governo Regional sempre recusou, anunciando que, no contexto nacional, os Açores eram um “oásis” financeiro.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): **Isso é falso!**

O Orador: **Isso é mentira, Sr. Secretário, desde sempre.**

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: **Por outro lado, Sr. Secretário Regional, se havia dificuldades financeiras para encontrar a suficiência de verbas para o processo da reconstrução, não se compreende que perante as propostas do PSD para reforço das verbas no Orçamento Regional para a reconstrução, que corresponderia, a um aumento nas últimas duas propostas, de cerca de 3 milhões de contos, o Partido Socialista as tenha chumbado.**

Foi este o vosso comportamento e é essa a vossa responsabilidade.

Sr. Secretário, irónico se torna, que tendo sido o senhor o “autor” e o “protagonista” da defesa desta proposta, tenha optado na primeira mensagem, no início deste ano, por suspender os trabalhos, quando este ano o senhor temg, no contexto do Orçamento Regional e do Orçamento de Estado, cerca de 8 milhões de contos, que correspondem a 40% do total do investido até hoje no processo da reconstrução.

São só contradições, Sr. Secretário. Infelizmente, isto é sobretudo revelador de incompetência, porque quem sofreu a sua incompetência não foi o senhor, foram os sinistrados neste processo da reconstrução.

Os mais idosos, os que vivem em zonas de risco, hoje continuam com o seu problema por resolver.

Acabando esta discussão das culpas partilhadas de um lado ou do outro, neste zigzague e ping-pong de responsabilidades, a verdade é que a nossa mensagem visa tão só este capital de esperança e de responsabilização.

Esperança na competência desta sociedade para executar bem no terreno aquilo que até agora o Governo Regional e o Centro de Promoção da Reconstrução foram incapazes de fazer.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.**

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:**

Salvo o devido respeito aos Srs. Deputados Paulo Gusmão e José Manuel Bolieiro, aquilo a que acabámos de assistir aqui foi um exercício de impertinência.

O problema que está aqui em causa, Srs. Deputados, não é seguramente a avaliação da eficiência, da menor ou da maior eficiência, ou do cumprimento dos métodos que se têm seguido na recuperação habitacional.

Deputado Paulo Gusmão *(PP)*: **Nisso estamos todos de acordo!**

O Orador: **O que está aqui em causa, Srs. Deputados, é uma resposta autonómica e açoriana do Governo Regional do Partido Socialista a um problema criado pelo Governo da República do PSD/PP.**

Em relação a esta matéria a impertinência acaba por consubstanciar-se na circunstância de mais uma vez, salvaguardado o devido respeito, os Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares do PP e do PSD terem o descaramento, porque outra coisa não lhe consigo chamar, de dizerem desta tribuna ou da bancada que não há mais desculpas, vamos despachar isso.

Srs. Deputados, os senhores não têm consciência da enormidade política daquilo que acabaram de fazer. Os senhores não têm consciência do disparate político, no mínimo, daquilo que acabaram de fazer.

Deputado Paulo Gusmão *(PP)*: **Está prevendo o futuro!**

O Orador: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Srs. Membros do Governo:**

Os Srs. Deputados do PSD disseram que a criação e aprovação desta sociedade acabaria com a grande confusão, com os grandes problemas, com a falta de eficiência. Eu tenho que concordar. Só que aquilo que esta sociedade acabará é com a confusão política em que se meteram o PSD e o PP neste processo. Com a confusão do ponto de vista de defesa dos interesses dos sinistrados, em que o

PSD e o PP cada vez mais se vieram a afundar, com as trapalhadas que sucessivamente fizeram em relação a esta matéria.

Os senhores vão votar a favor da sociedade, mas apenas para não terem que sofrer mais as asneiras do Governo da República, para não terem que ser colocados mais no incómodo de ter que lidar com o Governo da República que causou e se pudesse continuaria a causar sofrimento aos sinistrados do Faial e do Pico.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Há aqui três ou quatro questões que interessa esclarecer, as quais o PSD e o PP tentam desesperadamente cavalgar.

Primeira, não há brilhantismo nesta solução, porque esta solução já existe na Madeira.

Srs. Deputados, se esta solução já existe na Madeira, os senhores não acham que até tinham a obrigação de pelo menos, por uma vez, ter contribuído com algo de válido para este processo.

Deputado Artur Lima (PP): Votaram sempre contra!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Contribuímos várias vezes e os senhores chumbaram!

O Orador: Nesta matéria é uma atitude de arrogância dizer isso, porque isto significa tão só que os senhores já desistiram deste processo, isto significa tão só que os senhores já se declararam vencidos em termos de soluções para este processo, o que, reconheça-se, no maior partido da oposição é lamentável.

Depois há aqui um problema, ou que se pretendia que fosse um problema, o da forma como o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos anunciou a paragem do processo da reconstrução.

Mais uma vez, ressalvado o devido respeito, Srs. Deputados do PSD e do PP, o que é que os senhores andaram a fazer aqui em Novembro? Andaram a dormir?

Os senhores não ouviram o Presidente deste Governo, desta tribuna, dizer que a reconstrução pode diminuir o seu ritmo ou até mesmo parar se não ficar resolvido?

Os senhores pensam que a forma deste Governo governar e deste partido liderar o processo de desenvolvimento dos Açores, é com ameaças e vamos fingir? Srs. Deputados, isto é sério, é muito sério!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Pára à terça e recomeça à sexta!

O Orador: A vossa reacção, nomeadamente, a do Sr. Deputado Paulo Gusmão, ao dizer “mas vieram cá em Janeiro e anunciaram completamente”, só prova que os senhores andaram a dormir neste plenário...

Deputado João Cunha (PSD): Vocês é que andaram a dormir na reconstrução!

O Orador: ... até o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos concluir aquilo que esta Assembleia já tinha sido alertada.

Há aqui mais um aspecto que interessa realçar. O Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos – e eu tenho aqui a transcrição das declarações do Sr. Secretário – depois de anunciar que a reconstrução poderia parar, disse: “nós continuamos a trabalhar para que esse período de 8 meses possa até ser encurtado ou efectivamente anulado”. É óbvio que esta parte não convinha.

Os Srs. Deputados do PSD pegam nas declarações do Presidente da AICOPA, como grande cavalo de batalha contra o Governo Regional. Esquecem-se é do princípio. É que agora, o Presidente de uma Associação de Construtores Civis pode dizer livremente, mas no vosso tempo não seria bem assim.

Deputado Luís Medeiros (PSD): Veja-se a reconstrução na Terceira!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

O descaramento vai a tal ponto que os Srs. Deputados do PSD e do PP chegaram aqui e disseram: “nós vamos votar a favor para levar uma mensagem de esperança”.

Onde estava a mensagem de esperança quando os senhores concordaram com a revogação dos 20 milhões de euros?

Deputado Paulo Messias *(PS): Muito bem!*

O Orador: **Onde estava a mensagem de esperança quando os senhores calaram a proibição de endividamento em 32 milhões de euros?**

Onde estava a mensagem de esperança para os sinistrados quando os senhores recusaram o endividamento em 25 milhões de euros?

Onde estava a mensagem de esperança quando o vosso porta-voz, a nível nacional, chamou terceiro-mundista à solução da AICOPA?

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

O Governo Regional sai deste processo com o mérito de ter encontrado uma solução, conforme há um articulista no jornal que o refere, “o Governo dos Açores retoma uma das grandes qualidades dos antigos autonomistas que foi a de nunca cruzar os braços e lutar na busca incessante de soluções, de cabeça erguida, contra tudo, contra todos, como nos bons velhos tempos”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

É isto que custa ao PSD e ao PP. É que o PSD e o PP julgavam que com a vitória do Governo República conseguiriam “amarrar”, “amordaçar” e “moer” lentamente, até 2004, o Governo do PS.

O PSD e o PP julgavam que com a sua vitória no todo nacional, a nível do Governo da República, o Governo Regional do PS estaria condenado, porque dependeria unicamente do Governo da República do PS.

Aquilo que nós acabamos de assistir, Srs. Deputados, é que assim não acontece, com muita pena para os senhores.

Deputado João Cunha (*PSD*): **Vocês é que estão a moer-se a si próprios!**

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Os Srs. Deputados é que têm pena de não terem mais desculpas!**

O Orador: **Com mais dificuldades, com menos dificuldades, este Governo Regional e esta maioria continuam firmes na defesa dos interesses dos Açores; com mais dificuldades, com menos dificuldades o Governo Regional do PS e esta maioria continuam firmes...**

Deputado Mark Marques (*PSD*): **E hirtos!**

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... e não é por causa dos vossos problemas e dos problemas que nos querem criar que pode ser condicionada a capacidade de solucionar problemas deste Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Em todo este processo há algo que não pode passar despercebido, porque torna flagrante o partidarismo do PSD e do PP: o comportamento do Partido Comunista Português.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): **É uma “declaração de amor”?**

O Orador: **Não, não é uma “declaração de amor”, com todo o respeito que tenho pelos Srs. Deputados.**

Há algo aqui que ressalta. O PCP discorda certamente de algumas das coisas que estão passando ao nível da reconstrução, da mesma forma como nós discordamos de algumas das perspectivas do PCP. Mas a postura que o PCP tem assumido neste processo é o maior atestado de incompetência, de falta de açorianidade aos Srs. Deputados do PSD e do PP.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Governo)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Neste ponto dos nossos trabalhos há uma página que se vira no processo da reconstrução.

O PSD e o PP perderam definitivamente o comboio da solução da reconstrução.

O PSD e o PP ficarão com essa derrota na história.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Faltam dois anos para se provar isso!

O Orador: Não foram capazes de ajudar a resolver o problema, de ser parte da solução. Foram constantemente parte do problema. Isso é algo que agora não tem valor, isto é algo a que não atribuo importância agora, mas a história há-de registar esta falha incrível que o partido, que se diz o maior defensor da autonomia, teve neste processo, apenas com o objectivo de servir o PSD da República.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Mark Marques (PSD): Esta é uma página do Diário das Sessões que vale a pena guardar!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Gostaria de começar esta minha intervenção dizendo que o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro e o Sr. Deputado Paulo Gusmão fizeram-me recordar tempos conturbados no início da minha actividade política como autarca...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Já sabia!

Deputado Mark Marques (PSD): Já faltava!...

O Orador: Não vamos chegar à “declaração de amor”, Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ainda bem!

O Orador: Não se preocupe.

... quando numa tarde, depois de muito bem treinados na Cónsul Dabney, os autarcas do PSD foram para a Assembleia Municipal da Horta para chumbar determinados documentos.

Numa dessas intervenções acabaram por ter que viabilizar um documento que tinham deliberado chumbar. Certo social-democrata, de que os faialenses já se libertaram, é que foi o autor do texto e foi tão habilidoso que a declaração de voto que entregou a abster-se continha a mesma argumentação que tinha saído do “quartel general” da Cónsul Dabney para votar contra. O Sr. Presidente da Assembleia era o líder da nossa bancada na altura em que a Assembleia Municipal era do PSD. Certamente que se recordará deste episódio.

Eu, que hoje sou membro desta maioria a que o senhor tanto insiste em chamar “musculada” (esta não é coligada e por não ser coligada é chamada de musculada, é forte, mas isso fica para outra altura) fico sem saber se as bancadas do PP e do PSD vão votar ou não a favor deste diploma, porque a argumentação expandida, para quem está a assistir a este debate através dos OCS, pensa que os senhores afinal vão dar o dito por não dito e vão votar contra. Quem esteve aqui acordado, como eu – penso que todos estivemos e se não estão, com o vozeirão com que estou hoje aqui, acordam mesmo – pensa que os senhores vão votar a favor, mas olhem que não é com essa argumentação. Palavra de honra, como diz o alentejano “a bota não joga com a perdigota”.

A par disto gostaria de dizer que é com muita alegria que hoje testemunho, como espero vir a poder testemunhar, o início de uma nova era para a reconstrução, para resolvermos definitivamente o problema dos sinistrados do Faial e do Pico, se possível, com tanta velocidade como aquela que se conseguiu imprimir depois do segundo semestre de 2001, quando a máquina começou a andar e atingiu aquilo a que eu juntamente com outros chamámos de “velocidade de cruzeiro” e que era visto por todos que estava a dar bons efeitos, com todos os erros que continuaria a ter, que nós aceitamos e, por isso, continuamos a reflectir, quer nos locais próprios, quer dentro dos partidos a que pertencemos.

Eu gostaria de dizer que é com muita alegria que vejo encontrar-se esta solução que vai ser viabilizada por esta Câmara para bem dos sinistrados e para que também o Governo Regional que é pessoa de bem e que andando por todas essas ilhas com eu ando, felizmente não oiço falar de pendentos nem de calotes como ouvi na primeira metade da década de 90, quando alguns dos vossos companheiros que ocuparam esses lugares não diziam aqui dentro, porque ficava gravado, mas diziam lá fora “já em 92 vocês vão pegar nisto, porque está ...” e não digo aquilo que eles me diziam, por uma questão de boa educação. Já em 92 aquilo andava a arrastar no fundo, porque a honorabilidade relativamente a fornecedores e a empreiteiros já estava muito abalada. Saberão que efectivamente assim era.

Este Governo, de quem eu não oiço falar como tendo problemas financeiros senão nesta área da reconstrução, que não tem escândalos do sentido de haver ligações menos aconselháveis entre membros do Governo e empreiteiros ou fornecedores –sabemos todos que esta é uma área de complexidade – tem aqui uma solução que vai fazer com que haja maior celeridade, maior agilização, que haja uma credibilização diferente junto da banca.

Há uma coisa que todos nós sabemos. Todos nós queremos que a Administração Pública seja transparente e eficiente, mas antes disso tudo, rapidíssima. Todos nós sabemos que a Administração Pública Portuguesa está burocratizadíssima, está cheia de emperros. Esta sociedade virá, finalmente, espero eu e estou convicto de que assim há-de ser, agilizar procedimentos numa área que tem sido fatal para o melhor andamento deste processo.

Quer os senhores queiram, quer não, na parte do financiamento, para enchermos a boca com a nova moeda, são 77,5 milhões de euros. Havia uma expectativa de terem vindo 20 milhões em 2002 e penso que essa expectativa era legítima.

Eu não consigo perceber por que é que a solidariedade da coligação nacional só há-de começar em 2003. O sismo foi a 9 de Julho de 98.

Depois foram os 32,5, que era por conta de um empréstimo e não vieram, com mais 25 dá 77,5 que em moeda antiga são 15,5 milhões de contos. Não era tudo

para a reconstrução, mas era muito dinheiro que iria fazer com que não se vivessem os problemas de natureza financeira que efectivamente se estavam a viver.

Acabar a reconstrução em 2006?

Não é problemático para os idosos, para os ansiosos, para aqueles que estão em más condições?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Onde é que andava a solidariedade? Onde é que andava a filantropia? Onde é que andavam os valores nobres que eu creio que existem nos princípios gerais da democracia cristã e da social democracia? Onde é que está essa nobreza de sentimentos quando eu questionei aqui, se a memória não me traiçoa – a expressão verbal poderá não ter sido bem traduzida quanto era minha intenção – como é que nós vamos dizer aos nossos sinistrados que ainda têm que passar mais um Natal, mais outro, mais outro, até que o seu problema seja resolvido? Não terão coragem de dizer que eu não disse isso aqui.

Esse é efectivamente um dos problemas que temos pela frente.

Mais: é com alegria que vos digo hoje que foi este Governo Regional que resolveu o problema dos sinistrados – naquela altura chamavam-se os desalojados – da Ribeira dos Flamengos, da década de 80, em parte, através do loteamento dos Flamengos da responsabilidade deste Governo, da mesma maneira que tem estado a resolver aquilo que há uma culpa muito grande entre políticos, designadamente do vosso lado, do PSD, e alguns órgãos de comunicação social que é esta mentira terrível de dizerem que a reconstrução do sismo de 1980 acabou.

Eu não consigo perceber como é que câmaras municipais, designadamente a de Angra e a de Santa Cruz da Graciosa, o Governo Regional e o INH, andam a cometer ilegalidades atrás de ilegalidades, apoiando a construção de casas, dizendo-se que é para sinistrados do sismo de 80.

Sr. Deputado Artur Lima, no dia da sua estreia o senhor resolveu dar aqui um tiro de “pólvora seca” na reconstrução, mas esqueceu-se de que, por azar seu, eu fui representar um colega meu numa reunião da Comissão de Política Geral à Graciosa, no último semestre do ano passado, e no relatório da Comissão vinha expresso: “no que concerne ao sector da habitação, existe um protocolo entre o Governo Regional e o Instituto Nacional de Habitação para erradicação de 10 pré-fabricados existentes desde o sismo de 80 e esperando que seja concretizado no prazo de um ano”.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Eu não sei quanto é que representam 10 pré-fabricados para o volume total de sinistrados na Ilha Graciosa, no sismo de 1980. Não quis ir por aí. Eu tenho feito um esforço muito grande para me conter, para não entrar por aí, mas desta vez tocaram na tecla certa e introduziram a “password” correcta.

Eu peço desculpa, mas como diz certo programa televisão, isto é “conversa da treta”. Na Graciosa ainda andam pessoas à espera para ver o seu problema efectivamente resolvido – como diz aquele secretário com quem eu nem sempre estive de acordo –, com segurança, com condições de salubridade e por forma a que possam enfrentar novas calamidades, que infelizmente nos hão-de bater à porta – quando, não sei, porque não sou bruxo – porque vivemos em ilhas vulcânicas.

No concelho de Angra, é raro o mês que não se vê e não se ouve falar de mais habitação e sempre ligada a este veio do sismo de 1980.

Com muita serenidade, gostaria de vos dizer que penso que finalmente encontrámos uma solução. Eu não tenho nenhum problema em saber se esta tem as virtualidades que algumas da Madeira têm. Duvido, porque da mesma maneira que se dizia que “de Espanha, nem bom vento, nem bom casamento”, na actual conjuntura, eu também suspeito que da Madeira venha alguma coisa boa para este processo. Se vier, eu hei-de-me penitenciar e hei-de vir aqui bater

com a mão no peito e dizer meia-culpa, para que fique registado, mas hoje duvido.

Hoje penso que esta solução é nossa e quero deixar aqui, para terminar, o meu bem-haja a quem teve a coragem política para enfrentar, porque já surgiu uma cabecinha de maré no Continente, um dia destes.

À boa maneira da actual prática do Governo que, contrariando o seu manifesto eleitoral faz os balões de ensaio pela comunicação social e não dialogando primeiro com as instituições, com os sindicatos, etc. – já nos apareceu esta semana para ficarmos outra vez aqui “ai, ai, ó pai, que eu não sei para que lado é que vou” – aparece outra vez, sob um manto diáfano da suspeita do diz que disse, que talvez esta solução não possa vingar, sendo incapazes de nos acusarem de clonagem da Madeira para cá.

Já agora, antes desta solução sair daqui viabilizada, como efectivamente o vai ser, já leva o estigma mas será que...

Fico até com a impressão que alguns dos senhores estão feitos com os laboratórios médicos para continuarem a vender ansiolíticos.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mais uma vez gostaria de reafirmar a postura empenhada, desde a primeira hora, do Governo Regional neste processo.

À semelhança do que fez o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, gostaria de mais uma vez dizer, em abono do rigor e da verdade, que nós, responsavelmente, dissemos em 2002 e no princípio de 2003, que o défice de financiamento da reconstrução poderia comprometer as obras, abrandá-las ou até pará-las.

O que nós reafirmámos já no princípio de 2003, com a responsabilidade de quem sabe que as obras não se suspendem de um dia para o outro, foi que se as soluções – isso está escrito e registado – em que continuávamos a trabalhar não fossem suficientes para suprir esse défice, nós teríamos que assumir essa situação. Se elas fossem suficientes nós iríamos encurtar ou até anular esse prazo da suspensão.

Por isso não é sério dizer-se essa coisa fácil para os órgãos de comunicação social, de que um dia pára outro dia anda. Isso é falso e não corresponde ao inteiro rigor do que foi dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Gostaria de dizer – e não vou citar palavras minhas – que a opinião pública, aquela que lhe dão credibilidade, em matéria de posição dos partidos da oposição, nomeadamente do PSD, está bem registada nesta pequena frase: “Perante a inoperância da oposição, limitada à crítica sistemática, sem apresentar ideias ou soluções alternativas, por falta de capacidade própria ou por subordinação partidária ao Governo da República como tanto faz hoje os reflexos dessas atitudes junto do eleitorado, terão os seus efeitos em devido tempo.”

Isto significa exactamente a posição que desde a primeira hora o PSD e mais tarde o PP assumiram.

Devo dizer também, em nome do Governo Regional, que nós consideramos uma atitude de grande responsabilidade e nobreza, em termos políticos, as posições assumidas pelo PCP neste problema difícil dos Açores, que não é um problema do Governo Regional.

Infelizmente, nas alturas próprias, aqueles que poderiam ter feito o que não fizeram em sede própria, como por exemplo, na Assembleia da República, no dia 10 de Maio de 2002, em que votaram contra uma proposta de alteração do Grupo Parlamentar do Partido Socialista intitulada “Artigo 4º-A, reconstrução habitacional das ilhas do Faial e do Pico” e que dizia:

“No Orçamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, deverá proceder-se à transferência para a Região Autónoma dos Açores de 20 milhões de euros do capítulo 50, destinado exclusivamente à reconstrução habitacional das ilhas do Pico e do Faial.”

Submetida à votação, esta proposta foi rejeitada com os votos do PSD e do CDS/PP e votos a favor do PS, do PCP, do Bloco de Esquerda e dos Verdes. O vosso líder estava lá, estavam lá os Deputados que dizem representar os Açores na Assembleia da República.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas não é tudo. No dia 18 de Abril de 2002, também no plenário da Assembleia da República, o Deputado pelos Açores – e posso dizê-lo com propriedade – Medeiros Ferreira, voltou a questionar o Governo da República e os Deputados ditos representantes dos Açores...

Deputado Paulo Gusmão (PP): O pior é que não questionava antes. Nessa altura estava calado!

O Orador: ... sobre os 4 milhões de contos e sobre os 6,5 milhões de contos do endividamento que não foi autorizado.

A isso nada disseram. A isso remeteram-se ao silêncio. Também estava lá o líder do PSD, Victor Cruz, que era então deputado lá e não deputado de cá. Em Setembro, em sede de plenário, no Período de Antes da Ordem do Dia, o Deputado Luís Fagundes Duarte, pelo Partido Socialista dos Açores, voltou a fazer uma intervenção circunstanciada sobre os problemas dos Açores e da reconstrução.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Em 2001 estava “dormindo”!

O Orador: A isso o PSD e o PP disseram nada. O Deputado dos Açores criticou o processo da reconstrução como se estivesse na Assembleia Legislativa Regional.

Isto significa, se não fosse outra coisa, que há aqui um caminho de iniciativas negativas, de obstrução sistemática, de tentativa de boicote permanente a um processo que estava em bom ritmo e estava com 580 obras no ano de 2002.

Para vosso conforto e para nosso, faltam 202 obras na Ilha do Faial e pouco mais de 300 na Ilha do Pico. É disso que nós estamos a falar, Sr. Deputado. Nós estamos a falar da falta efectiva de financiamento de 2002 e 2003 e os senhores foram os principais responsáveis na condução deste processo.

Esta solução, fomos nós que a tivemos. Nesta altura os senhores não podem querer estar neste processo como se tivessem apoiado a nossa condução desde o princípio.

As soluções de futuro são efectivamente as soluções que, exclusivamente, o Governo Regional arranjou para o problema do financiamento, porque as empreitadas estavam em curso e até os senhores já nem falavam da reconstrução em 2002, porque a reconstrução estava resolvida sob o ponto de vista dos maiores problemas que nós tínhamos em termos das obras que estavam lançadas e em andamento.

O que os senhores fizeram foi cegamente aplaudir o atraso de 2 anos, de 2004 para 2006. Nessa altura não pensaram na perturbação irremediável no ritmo das empreitadas, nos custos financeiros que iriam haver com essa perturbação. Não pensaram nos sinistrados que ficariam mais dois anos à espera.

Os senhores que passaram a vida a falar em atrasos, de repente um atraso de 2 anos já não tinha importância.

Ninguém percebe esta atitude. Esta é que é uma atitude irresponsável e incoerente que foi defender cegamente um modelo de financiamento que não estava adequado aos planos que entretanto estavam traçados.

A nossa postura, a nossa perspectiva nesta situação e em todas as outras calamidades que nós já vencemos e que os açorianos sabem, é uma postura de não baixar os braços, de não ter medo das calamidades, de não ter medo daqueles que são os adversários da Autonomia dos Açores. É isso que vai ficar quando este processo estiver inteiramente resolvido como nós sempre dissemos que o iríamos resolver e vamos resolver.

A vossa postura, em matéria de reconstrução, nomeadamente dos partidos que têm tido comportamentos negativos para com a obstrução deste processo, não é de colaboração.

Agora dizem, e ainda bem, que se associam à proposta do Governo para o financiamento final do processo da reconstrução, mas este instrumento estratégico tem uma abrangência maior e vai servir como mudança do próprio paradigma do financiamento da Autonomia Regional para outros projectos e outras situações, porque centralistas sempre houve e provavelmente no futuro continuarão a haver.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Quando estamos aqui a discutir uma solução de futuro para os problemas da reconstrução, não só financeiros mas também no terreno – os senhores já disseram que ia mudar e até mesmo que iam extinguir o CPR, só ao fim de 5 anos é que descobriram que isso estava mal – os senhores querem continuar a discutir o passado.

Eu não quero perder muito tempo com isso, mas há aqui alguns dados que é preciso que fiquem registados. Alguns são novos, outros vêm de documentos oficiais do Governo Regional.

Comecemos por 2002.

Os senhores recordam-se do que é que aconteceu em 2002?

Em 2002 o Governo Regional do Partido Socialista descobriu que tinha um buraco de 17 milhões de contos na reconstrução, a tal reconstrução que ia ser exemplar, que não andava depressa porque tinha que ser bem planeada.

Quatro anos depois, descobriu-se que tinha um buraco de 17 milhões de contos.

Os senhores tinham no Plano a Médio Prazo 2003-2004, mais 10 milhões de contos. Descobriram que precisavam de 27. Tinham um buraco de 17 milhões de contos e aproveitaram para empurrar a culpa das vossas responsabilidades, num processo ineficiente, para a primeira oportunidade que tiveram, para o Governo da República.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

O Orador: Os sinistrados vão ter que esperar até 2004, 2005 ou até 2006.

O Sr. Deputado Renato Leal, no Natal de 2001, foi lá dizer que a promessa do Sr. Presidente do Governo que ia estar tudo concluído em 2001, passava para 2004.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Renato Leal (PS): Nunca ouvi dizer 2001, excepto vós!

O Orador: Já vimos por que é que houve um buraco, por que é que houve um problema. Houve um problema porque o Governo Regional planeou mal e descobriu um buraco 4 anos após o sismo.

No que se refere ao financiamento, os senhores acusam a falta de 4 milhões de contos que eram para ter vindo em 2002, mas não vieram. Isso já foi aqui vastamente discutido, mas volto a referir que esses 4 milhões de contos não estavam no Orçamento Regional, nem estavam no Orçamento de Estado, aprovado pelo Governo de António Guterres.

Podia ter vindo mais. Podia ter vindo menos.

Pela primeira vez é um compromisso devidamente assumido até ao fim da legislatura sobre o que é que se vai passar relativamente ao financiamento da República, em relação à construção.

Sr. Secretário Regional, eu tenho nas minhas mãos uma resposta, vinda do Governo Regional, a um requerimento apresentado por mim, pelo Deputado Manuel Azevedo e pelo Deputado Costa Pereira.

Os Srs. Deputados e os açorianos sabem qual foi a última data de transferências de verbas para a reconstrução do Orçamento de Estado para o Orçamento Regional?

Foi a 31 de Dezembro de 1999.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)

O Orador: O documento é vosso e está assinado pelos senhores.

É mentira que tenha sido suspensa a solidariedade em 2002. Ela foi suspensa a 31 de Dezembro de 1999, a última vez que veio transferências do Orçamento de Estado para a reconstrução.

Eu tenho este documento há pouco tempo, mas prova que é pelas vossas bocas que os senhores se contradizem, é pelas vossas bocas que descobrimos a mentira com que nos andaram a iludir.

Deputados Mark Marques e Luís Medeiros (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)

O Orador: Em relação ao problema dos 4 milhões de contos de 2002, os senhores já fizeram a conta à verba que chumbaram da proposta que o PSD apresentou para o Orçamento de 2002 e para o Orçamento de 2003 para a reconstrução?

Aquilo que nós propusemos e que os senhores chumbaram chegava a cerca de 3 milhões de contos. Quem votou contra não foi o Deputado Victor Cruz ou o Deputado Fagundes Duarte, foi o Deputado Vasco Cordeiro, o Deputado Dionísio Sousa, o Deputado Renato Leal...

Todos os Deputados da bancada do Partido Socialista votaram contra a solidariedade regional quando exigem tanto da solidariedade nacional.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Os números são contraditórios e eu gostaria de deixar apenas este pormenor para quem quiser investigar e aprofundar:

Segundo as contas da Região, são credíveis, foram apresentadas pelo Governo e foram vistoriadas pelo Tribunal de Contas. A acreditar resposta ao vosso requerimento, percebia-se que afinal veio da República, até 31 de Dezembro de 2001, mais dinheiro do que aquele foi investido na reconstrução. É impressionante!

Sr. Secretário, até 31 de Dezembro de 2001, nas contas da Região, o senhor tinha 17,1 milhões de contos. Segundo resposta ao vosso requerimento, até à mesma data, veio do Governo da República 17,15 milhões de contos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Vamos continuar e vamos chegar à parte final. Desculpem esta introdução remetida um pouco para a história, não era para ser, mas os senhores exigiram e havia aqui dados novos que era importante referir.

No início de 2003, pela primeira vez, tínhamos a estrutura de financiamento da reconstrução claramente definida, tanto a nível do Governo da República, como a nível do Orçamento da Região. Tínhamos uma verba que se aproximava dos 9 milhões de contos...

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): 9 milhões de contos?

O Orador: Sim, senhor. Era cerca disso a verba destinada ao sismo.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Eram 8,5!

O Orador: ... e que representa 40% de tudo o quanto foi gasto até aqui na reconstrução.

Logo nesta altura, logo em 2003, depois de estar tudo garantido, o Sr. Secretário vem dizer, na entrega de 3 chaves, que vai parar com a reconstrução por 8 meses.

Quando se perguntou na Comissão: “Sr. Secretário, que outras obras é que vão parar na Região, para além da reconstrução?”

A resposta foi: “mais nenhuma obra pára na Região, só a reconstrução!”

Isto é a prioridade do PS em relação à reconstrução.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Nesta altura, o Sr. Presidente do Governo Regional foi solidário inicialmente consigo. O Sr. Deputado José Decq Mota também foi solidário consigo. Os Deputados do Partido Socialista do Pico e do Faial foram solidários consigo, pelo silêncio. Todos concordaram que devia parar a reconstrução e não devia parar mais nenhuma obra na Região. Esta é a verdade e é preciso que se diga para ficar registado.

Todas as obras referentes a estradas, escolas e outras mais, podiam avançar na Região, até algumas obras mastodônticas que se estão fazendo nalgumas ilhas.

A reconstrução tinha que parar!

Inicialmente, todos foram solidários.

Srs. Deputados do Pico e do Faial, do PSD, do PS e do PCP, concordam que todos as obras continuem a avançar e só pare a reconstrução?

Deputado Hernâni Jorge (PS): É para acabar em 2006!

O Orador: Como é que é possível?

Isto fazia parte de uma estratégia, a de aproveitar até à última a corda dada por uma pretensa luta com o Governo da República, cujas verdades começámos a descobrir hoje, relativamente ao Governo anterior e ao Governo actual.

Pretendia esticar essa corda, mas o Governo chegou à conclusão que tinha dado um “tiro nos pés”.

Não foi só o PSD. O PSD teve uma reacção forte, energética pedindo a demissão do Secretário, porque não podia ser.

O que é certo é que face a essa reacção e ao conjunto de outras mais, entre as quais a aprovação unânime de uma recomendação na Câmara Municipal da Horta, o Governo teve que recuar e teve que encontrar em 3 dias uma solução para aquilo que não tinha encontrado durante um ano.

Nós sempre dissemos para nos apresentarem uma solução legal e credível. Agora que apresentam uma solução dizem que é uma genialidade. Até podem dizer que vem a tempo.

Esta solução se calhar já podia ter sido apresentada há muito tempo, se os senhores não tivessem usado este pretexto para continuar a guerrear com a oposição e com o Governo da República.

Essa corda esticou, mas agora nós damos a corda toda. Os senhores têm tudo nas mãos. Já não têm mais desculpas. Agora é convosco.

Deputado Hernâni Jorge *(PS)*: Sempre foi connosco!

O Orador: No início era preciso planear bem. Depois, descobriram que não planeavam bem os buracos, que a coisa estava a correr mal. Chumbaram as propostas do PSD para reforçar os orçamentos da reconstrução. Agora não há mais desculpas. Agora é com os senhores.

Quando o Sr. Deputado Vasco Cordeiro acusa o PSD de não querer o bem dos sinistrados, eu denuncio que não aceito essa acusação, porque se o senhor acha que a podia fazer, então podia também admitir que eu fizesse a acusação de que os senhores queriam usar os sinistrados e quase que não queriam que aprovássemos isso, que não houvesse nenhuma solução, para poderem continuar a “cavalgar” um guerra contra a oposição, contra o Governo da República, usando os sinistrados.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota *(PCP)*: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu tenho só dois minutos, por isso não posso entrar neste debate onde havia muitas coisas a dizer, mas vou aproveitar do pouco tempo que disponho para dizer duas coisas:

A primeira é para colocar uma questão ao Governo Regional.

Eu tenho insistido, em nome do Grupo Parlamentar do PCP, ao longo do tempo e muito claramente durante o ano de 2002 e durante todo o período em que se discutiu de forma activa o processo da reconstrução nesta Casa, numa ideia que penso que não pode ficar esbatida. Se é verdade que no processo da reconstrução, o grosso, em termos de obra a construir, está adjudicado a empreitadas públicas, o processo da reconstrução tem outros casos para serem resolvidos por administração directa e tem as situações previstas na Resolução 16/2001 desta Assembleia.

Está dito que estas duas vertentes vão ser consideradas, mas gostaria de ouvir o Governo Regional, neste momento em que se está a fazer uma transformação organizativa profunda no processo de reconstrução, sobre este problema das obras da reconstrução que não estão incluídas nas empreitadas, nomeadamente sobre a questão da satisfação, do conteúdo da Resolução aqui aprovada.

Para terminar, gostaria apenas de deixar uma reflexão de ordem geral.

É lamentável que tenham acontecido neste processo as vicissitudes que aconteceram, em função do estrangulamento financeiro que foi efectivo, deliberado e friamente feito, sobre este processo de reconstrução.

Os autores desta situação vão ficar historicamente apontados por terem sido co-autores de uma monstruosidade política. Não é aceitável e fico extremamente contente que se tenha encontrado efectivamente uma solução que derrota essa estratégia do estrangulamento, essa estratégia do vale tudo até “tirar olhos”.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs.

Membros do Governo, Sr. Secretário:

Com certeza que a sua segunda intervenção ou os seus esclarecimentos não foram para nós, oposição.

Com certeza o teor daquilo que nos veio aqui dizer não é para nós. Percebemos facilmente.

Nós dissemo-lo logo à partida que aprovamos. Vamos a isso, vamos em frente!

V. Exa. fica sem desculpas no futuro, mas quis falar aqui no passado.

Vir justificar a nós, passo a passo, por que é que não fez, não. Nós já dissemos que votávamos a favor. Vem justificar aos seus, porque todos têm dúvidas sobre o processo da reconstrução. Todos sabem o que aconteceu de 2000 para 2002.

Quem não se lembra? E de 2002 para 2004?

Foi o Governo da República? Qual Governo da República? Foi V. Exa.!

Vamos deixar essa parte para trás e vamos em frente. Essa é que é a questão.

O senhor vem aqui questionar por que não apresentámos a solução.

Mas então quem é que vai dar este dinheiro? É o Pai Natal que o vai oferecer para a reconstrução? É uma solução milagrosa? Ou é um empréstimo que vamos fazer?

Então não faz parte dos recursos de uma Região optar por endividar-se ou optar por usar os recursos que tem à sua disposição?!

Nós sempre entendemos que não havia mal nenhum em tirar um pouco das ilhas maiores para dar à reconstrução, na solidariedade regional, porque se o Governo da República entra com 60%, também não havia mal nenhum o nosso próprio orçamento contribuir para a reconstrução.

É isso que V. Exa. tem que explicar aos seus Deputados, nomeadamente àqueles que são desta ilha, como é que os deixa bem, dizendo que não pára nenhuma obra na minha ilha, em São Miguel, mas pára a reconstrução se não arranjar um empréstimo. E em São Miguel, por que é que não pára mesmo sem empréstimo? A questão é essa Sr. Secretário. A questão é tão simples quanto isto: por essa teimosia de não querer desviar em 218 milhões, 4, 6, 8 ou 10 milhões para a reconstrução.

É por empréstimo? É por esse mecanismo? Vamos a isso! Ninguém se opõe.

Vamos à sociedade financeira! Mas isso é preciso ser dito.

Não venham com a história das histórias. A história já julgou. A história já disse nas últimas eleições aquilo que era a sua posição, a sua postura, daquilo que eram as posições das pessoas sobre aquilo que alguns julgam que estão a defender.

No tempo em que o Partido Socialista governava na República, no tempo em que não eram feitas transferências, muitos dos que agora se vigoram contra o centralismo deste Governo que passou de uma forma cabal e de uma forma sistematizada a fazer transferências, nessa altura não diziam que o Governo da República não transferia, não diziam que do Orçamento Regional não se transferia. Esse julgamento está à vista, esse julgamento está feito e foi feito nas eleições de Março e há-de ser feito novamente nas próximas eleições.

Esse julgamento é sempre feito, mas vamos dizê-lo com seriedade, com honestidade.

Quer falar para os seus? Reuna-se com eles e explique-lhes melhor.

Nós aprovamos esta sociedade. Não é preciso falar do passado. Fale do futuro.

Garanta-nos aqui que para o futuro já não vai ter razões para justificar aos seus. É essa a questão.

Deixe o passado. O futuro está garantido (70% da República e tem a sociedade). Vamos a isso!

(Aplausos do Deputado Artur Lima)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

“Apresentem-nos uma solução legal e credível.”

Nesta frase está condensada toda a postura do Partido Social Democrata em relação ao processo da reconstrução.

Sobranceria, arrogância, sim senhor.

“E nós depois havemos de decidir. Estando numa situação de boa disposição, até concordamos com ela.”

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Que argumentação!**

O senhor sabe melhor do que isso.

O Orador: **É isto que nós não aceitamos. É isto que a história julgará pelo vosso erro neste processo.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como é que o Sr. Deputado Duarte Freitas quer que acreditemos nesta questão das propostas de alteração do PSD, quando o PSD num dia diz que quer mais dinheiro para a reconstrução e no dia a seguir diz que a estrada e a gare, na Terceira têm que continuar, assim como a estrada em São Miguel? Andamos a brincar?

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Apresentámos propostas concretas e os senhores votaram contra!**

O Orador: **Os senhores vão votar a favor desta sociedade anónima, porque isto é do vosso interesse político-partidário imediato.**

Depois de terem um Governo que demonstrou que tem a coragem de pôr as cartas em cima de Mesa e de dizer que se não vier da República, isto tem que parar, os senhores não têm outro remédio senão votar a favor desta sociedade anónima.

Sr. Deputado Duarte Freitas, nesta questão da solidariedade, as propostas que o PSD apresentou de retirar 10% de todos os gabinetes, são propostas de quem não sabe aquilo que está fazendo.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): **São iguais às propostas do Deputado Carlos César e do Deputado Dionísio Sousa, em 91!**

O Orador: **Em relação a esta matéria, para este processo, os senhores nunca acertaram com o caminho.**

Não me venham com a história das propostas, porque em relação a isto eu não preciso dizer nada. É vosso comportamento, às segundas, quartas e sextas dizer parem as obras, para não parar a reconstrução e às terças, quintas e sábados dizer que as obras não podem parar, porque querem mais estradas, querem mais aerogares. Isso é a prova provada de que os senhores estão num mato sem cachorro, em relação a esta matéria.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Não criávamos no Plano as mordomias que os senhores têm!**

O Orador: **Sr. Deputado Paulo Gusmão, o senhor é um rapaz sério, honrado e de boas famílias. Certamente saberá que o Plano de Investimentos da Região, não ascende a 218 milhões.**

Deputado Paulo Gusmão (*PP*): **O Orçamento!**

O Orador: **Então se é o Orçamento, o senhor está a cometer uma asneira. Queria parar o quê, em relação à despesa do Orçamento?**

Deputado Paulo Gusmão (*PP*): **Despesas correntes!**

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **É verdade ou é mentira que o dinheiro veio em 99?**

O Orador: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:**

Tudo isto quer dizer apenas o seguinte:

O PSD e o PP querem levar esta discussão...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **É verdade ou é mentira que o dinheiro veio em 99?**

O Orador: **Sr. Presidente, o tempo está a contar?**

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **O último dinheiro que veio foi ou não foi em 99?**

Presidente: **Está a descontar, Sr. Deputado.**

O Orador: **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

O PSD tenta desesperadamente...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): **Não responde!**

O Orador: **Vou responder. Meu caro amigo, eu não quero deixá-lo sem resposta!**

O PSD e o PP tentam desesperadamente desviar a discussão da capacidade do Governo Regional de apresentar soluções.

É o pavor do PSD!

“Como é que estes senhores foram inventar isto? Como é que se lembraram de aplicar esta sociedade à reconstrução? Nós tínhamos isso tão bem orquestradinho.

O Governo da República dizia que pagava, mas só até 2006. Nós íamos propondo umas propostas de alteração para confundir a malta.”

Srs. Deputados, o problema não é este.

Respondendo à sua pergunta, Sr. Deputado Duarte Freitas, estava ou não estava prevista uma transferência média de 4 milhões de contos para a Região?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Estava sim senhor!

O Orador: Estava sim senhor.

Contava ou não contava a Região com 4 milhões de contos anualmente até 2004?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não, senhor!

O Orador: Contava sim senhor!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quem é que disse isso?

O Orador: Cortou ou não cortou o Governo da República os 4 milhões?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Cortou, sim senhor!

O Orador: Impediu ou não impediu o Governo da República de recorrer a 32 milhões de euros?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Impediu, sim senhor!

O Orador: Cortou ou não cortou o Governo da República 25 milhões de euros de endividamento?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Cortou, sim senhor!

O Orador: Chamou ou não chamou, o PSD nacional, terceiro-mundista à solução do Governo de negociar com a AICOPA?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Chamou, sim senhor!

O Orador: Teve ou não teve o Governo Regional a capacidade, mesmo assim, de arranjar solução?

Teve, sim senhor!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Ficou ou não ficou o PSD e o PP a ver navios?

Ficaram sim senhor!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): **Para quem pediu elevação no debate, foi um baixo momento!**

Deputada Natividade Luz (*PS*): **Não foi!**

Deputado Manuel Campos (*PS*): **O Sr. Deputado Joaquim Machado é um exemplo disso!**

Presidente: **Srs. Deputados, eu recomendo alguma calma e serenidade neste debate. Estamos a tratar de coisas muito importantes.**

Vamos ver se conseguimos levar isto até ao fim com dignidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:**

Infelizmente estamos a assistir à repetição de um filme já muitas vezes visto nesta Casa.

A reconstrução, pela dimensão do projecto e pela sua natureza, em vez de unir, desune, em vez de congregar, separa.

Os sinistrados, aqueles que sofrem, aqueles que aguardam há mais de 4 anos a resolução do seu problema – nestes estão incluídos muitos idosos, muitos daqueles que não foram os espertos e que se desenrascaram, em primeiro lugar – certamente estão a assistir boquiabertos e atónicos a este espectáculo que às vezes faz-nos lembrar que estamos numa qualquer Assembleia da América Latina.

Deputado Luís Medeiros (*PSD*): *Muito bem!*

O Orador: **Depois de um ano de acusações, depois de um ano de luta em que usou os sinistrados e os atirou para o centro da luta politico-partidária, continuamos hoje, infelizmente, no mesmo tom.**

Agora que o Governo cumpriu a sua obrigação de apresentar uma solução para os problemas financeiros que afirma existir na reconstrução, agora que foi publicitado, por todos os partidos, que davam o seu apoio unânime a esta solução, em vez de nos unirmos, em vez de se consensualizar, porque são as

peças que estão aqui em causa, insiste-se neste espectáculo no qual eu aqui me demarco exactamente neste momento.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*): Dos seus colegas!

O Orador: Gostaria de recentrar este debate, naquilo que é o objecto da nossa posição. Hoje, nós estamos a debater uma solução que foi apresentada pelo Governo Regional para o financiamento da reconstrução. Essa solução chama-se Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infra-estruturas S.A. Não se tem falado desta solução. Tem se falado de tudo, menos da solução que aqui nos traz.

Por isso, gostaria de rapidamente levantar algumas questões sobre a solução. Essa solução vai assumir os problemas pendentes da reconstrução que já aqui foram levantados e que foram aprovados numa resolução unânime da Assembleia, a Resolução 16/2001?

Os sinistrados que não têm terra e que têm direito a uma solução, vão ser contemplados?

Para os sinistrados do II e III Escalão, que têm problemas em arrancar com a sua parte na obra, vai ser essa a solução encontrada?

E o problema dos seguros?

Em relação a todos estes problemas que na Comissão do Sismo têm sido debatidos e têm a ver com o problema concreto dos sinistrados que neste momento estão sem solução, essa sociedade vai assumir esses problemas pendentes?

Ainda não se falou nisso aqui.

Vão-se assumir outras questões pendentes, como é o caso dos sinistrados do I Escalão e que agora no último ano, ano e meio, os senhores, contra a vontade das pessoas, empurraram para a administração directa sem eles quererem?

Esses casos pendentes vão passar para a sociedade anónima? Em que condições?

Esta sociedade anónima vai ser mais eficiente? Vai ser mais célere? Vai ser mais justa no tratamento com os sinistrados do que aquilo que o CPR foi até agora?

São estas questões que importa saber, para os sinistrados saberem o que é que esperam desta nova sociedade.

É este ponto que acho que devemos debater e, com esta seriedade, voltar ao fundamental da nossa presença aqui que é a solução e não o debate estafado de um espectáculo repetido que em nada une, quando aquilo que nos une deve ser a solução e não os problemas.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): *Muito bem!*

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.**

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:**

Na senda e na continuidade da intervenção que acabei de ouvir do Deputado Costa Pereira, creio que já era tempo de passarmos para a discussão do futuro e para a discussão da solução que nós apresentamos e que não é inovadora. Uma sociedade que se pretende com este objectivo, existe em outras partes do mundo. Na Madeira, certamente que existem outras sociedades, não desta natureza, mas de outra. São sociedades de desenvolvimento regional que por sua vez também foram cópias ou adaptações de outros modelos existentes noutros sítios.

Devo dizer ao Sr. Deputado Costa Pereira e ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, que encaram a solução agora encontrada, uma sociedade de desenvolvimento regional, como sendo uma cópia da Madeira, que este modelo existe há muitos e muitos anos.

Eu devo-lhe dizer, Sr. Deputado, que quando vim iniciar a minha actividade profissional nos Açores, já nos longínquos anos 70, mais concretamente em 1971, eu próprio trouxe uns projectos de sociedade de desenvolvimento regional que na altura eram inovadores, para ver se os conseguia aplicar na Região Autónoma dos Açores. Portanto, em 1971 este modelo já existia.

Foi adoptado na Madeira, no Continente e em muitas outras regiões.

Este modelo que nós temos não é uma sociedade de desenvolvimento regional. É uma sociedade anónima que tem algumas características de sociedade de desenvolvimento regional e que se propõe outras finalidades e outros objectivos que não apenas o problema concreto que nós pretendemos em primeira linha resolver.

Deputado Vasco Cordeiro *(PS)*: *Muito bem!*

O Orador: Para além disso, tem outras potencialidades que vão garantir um equilíbrio económico e financeiro no futuro, porque de outra maneira isso era impossível.

Devo também dizer aos Srs. Deputados que o Governo já tinha pensado numa sociedade, numa empresa, para o problema da reconstrução.

Tinha-se debatido sempre com o problema da empresa estar a fazer obras para terceiros e tudo aquilo que investia não era património na empresa. Isto era um constrangimento, à partida.

Mas a solução que se encontrou ao transferir para esta empresa a responsabilidade pela gestão da habitação social da Região, só este facto já garante à empresa condições de equilíbrio num horizonte temporal muito mais alargado que não apenas o de 2004, 2005 ou 2006.

Se para esta empresa forem transferidos bens transaccionáveis –evidentemente que não vão ser palácios que pertencem ao Governo, mas alguns terrenos, alguns prédios rústicos urbanos transaccionáveis – isso ainda vai aumentar mais a capacidade financeira da empresa, ainda vai dar mais estabilidade. Mas não foi para isto que pedi para intervir.

Eu intervenho porque o Sr. Deputado Duarte Freitas, nervosamente, vem invocar a falta de solidariedade do Governo da República pelo facto da última transferência que foi feita do Orçamento de Estado ter sido no dia 29 de Dezembro de 1999.

É verdade, Sr. Deputado. Eu é que forneci esse elemento em resposta a um requerimento do Grupo Parlamentar do PSD. Curiosamente já tive a mesma

pergunta do Governo da República e já respondi, mas eles podiam ter pedido aos senhores e os senhores podiam ter fornecido essa informação.

O que está aqui em causa não é a última data em que foi feita uma transferência do Orçamento de Estado, porque as contas que estão feitas e que muito bem foram recordadas pelo líder da bancada do PS, Deputado Vasco Cordeiro, a solidariedade nacional, evidenciada por transferências de Estado e por disponibilidades de fundos comunitários que foram dados à Região da reserva nacional, em 31 de Dezembro de 2002, seria de 21,15 milhões de contos que dividindo pelos 5 anos dava uma média de 4 milhões de contos.

Devo dizer, Sr. Deputado, que a última transferência do Orçamento de Estado foi nessa data que referi.

No mesmo ano de 1999, foram também disponibilizados fundos comunitários do FEOGA, dos quais, afectos directamente à reconstrução, destinaram-se 3,4 milhões de contos. Esta verba foi utilizada no ano 2000 e no ano 2001.

As contas devem-se fazer assim.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Qual foi a última data no Orçamento de Estado?

O Orador: Tenha calma, Sr. Deputado. Falar de números não é a mesma coisa que falar de coisas do ar.

Se a estes valores transferidos que acabei de referir e que estão por escrito na resposta ao vosso requerimento fossem somados os 20 milhões de euros atribuídos pelo Governo da República Socialista e que o Governo do PSD/PP cortou, se tivessem sido adicionados os 32,4 milhões de contos que foram aprovados na Assembleia da República e que o Governo da República inviabilizou com o vosso apoio, se tivessem sido transferidos 25 milhões ou 30 milhões de contos para o ano corrente de 2003, não seria necessário recorrer a esta solução da criação de uma empresa pública para o projecto da reconstrução. Teríamos um financiamento contínuo e assegurado que nos possibilitaria executar tudo através do Orçamento do Governo da Região Autónoma dos Açores.

Nós registamos o vosso apoio a esta proposta, mas ele tem que continuar no futuro.

Já há no ar ameaças que podem prejudicar esta solução, poderiam prejudicar porque ela vai ficar blindada e aqui ninguém vai mexer.

Mas, atenção! Já há no ar ameaças. Num diário da especialidade, o Diário Económico de ontem, já se fala que o endividamento líquido vai abranger os avales. Já se fala que o endividamento, eventualmente a contrair pela Região, terá que ser feito através da Direcção Geral do Tesouro, através do Governo da República.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Também já disseram que discordavam disso e as Câmaras também!

O Orador: Espero que os senhores da mesma forma como vão apoiar esta sociedade, também apoiem a luta contra essas ameaças que estão no ar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para voltar a reafirmar que esta solução inteiramente proposta pelo Governo Regional dos Açores significa muito claramente que é o Governo que desde a primeira hora procura incessantemente soluções, nomeadamente financeiras, para resolver o problema da reconstrução.

Independentemente de nós considerarmos que houve partidos, nomeadamente o Partido Comunista Português, que tiveram uma posição correcta na avaliação deste assunto de interesse regional e até teve também iniciativas na Assembleia da República para resolver o problema do endividamento regional, gostaria de dizer que a solução é inteiramente proposta pelo Governo Regional. Portanto, é uma solução açoriana, autonómica...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): *Muito bem!*

O Orador: ... e que respeita o espírito da nossa capacidade de livre administração pelos açorianos. Esta é que é a verdade desta proposta. Ela reflecte também o conhecimento e reconhecimento do Governo Regional na prioridade da reconstrução, mas conhece e reconhece a prioridade da reconstrução não à custa da paragem do desenvolvimento da Região em outras parcelas dos Açores.

Era preciso encontrar uma solução para o problema da reconstrução, sem prejuízo do restante desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores e conseguiu-se. Por isso, é demagógico vir-se pedir a paragem de outras obras que prejudicariam o próprio Orçamento Regional, por uma razão muito simples: na maior parte das obras que já estão contratualizadas e em andamento, introduzir factores de paragem, era levar este problema com custos para essas obras.

Por outro lado, e ainda mais importante, a maior parte das obras que existem nos Açores são comparticipadas pelos fundos comunitários e cabe à Região 15% e 85% a fundos comunitários.

Estaríamos nós conscientes em querer desperdiçar 85% de fundos comunitários, parando obras para a locar verbas não sei como, mas resolvendo por um by pass a paragem de obras para transferir verbas para a Região? Não faz sentido, não era responsável, não tem lógica.

Também não faz sentido pensarmos que a reconstrução poderia marchar no mesmo ritmo se ela estava obrigatoriamente sujeita a uma dilação de prazo de dois anos.

O que faz sentido, e foi o que nós fizemos, é resolver o problema do financiamento da reconstrução sem prejudicar o resto do desenvolvimento regional.

Esta é que é a solução responsável para o nosso desenvolvimento e não – e aí os senhores tinham toda a razão em invocar os tais cenários político e partidariamente muitos úteis de que a crise está instalada – levar essa paragem para outras parcelas do território açoriano.

A nossa solução, a solução do Governo, é uma solução séria e tem uma abrangência fora dos períodos de calamidades. É uma solução que, sob o ponto de vista desta proposta, abrange outras infra-estruturas, a habitação, no geral, e abrange uma coisa que também nós conhecemos, é que a área da habitação não é comparticipada por fundos comunitários. A área da habitação está exclusivamente dependente do Orçamento Regional e é por isso que esta solução acaba por responder a esta importante questão de podermos reforçar as verbas para um sector carenciado.

Eu penso que todos estaremos de acordo, já no espírito do diploma, na abrangência que está vertida no objecto social, porque é isso que garante viabilidade económica a qualquer sociedade anónima que tem fins comerciais. Portanto, nós não poderíamos cingir o objecto social desta sociedade anónima a uma ou duas questões que obviamente a transformariam numa sociedade tecnicamente falida daqui a dois anos.

Este cuidado foi posto com esta visão estratégica de futuro, com a necessidade de nós termos instrumentos na Região Autónoma dos Açores para infelizmente acorrermos às calamidades, porque nós não podemos ficar dependentes só da solidariedade nacional ou da europeia, quando se sabe que a solidariedade europeia, nesta matéria, como se viu há pouco tempo, é mais vocacionada e está mais interessada em resolver os problemas dos grandes países e não as soluções das Regiões Ultraperiféricas, ainda que o Governo Regional esteja a fazer e a mover as diligências necessárias para que isso possa ficar inscrito no Estatuto das Ultraperiferias, de modo a podermos ter também a possibilidade da solidariedade europeia quando tivermos problemas desta natureza.

Muito obrigado.

Presidente: **Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.**

Deputado Lizuarte Machado (*PS*): **Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:**

O Sr. Deputado Costa Pereira afirmou que temos estado aqui a falar de tudo, mas muito pouco ou quase nada daquilo que interessa.

Eu reconheço que parcialmente isso é verdade, porque temos estado aqui a assistir a uma tentativa desesperada e vergonhosa das bancadas do PSD e do PP de se desresponsabilizarem e de branquearem o seu papel, no passado recente, sobre esta questão.

Efectivamente estamos aqui a discutir a utilização de forma jurídica de direito privado e o seu enquadramento no sector público, porque entendemos que essa é a solução que melhor corresponde à diversidade de atribuições e competências que lhe pretendemos atribuir e que estão no seu objecto claramente definidas.

A implementação deste modelo de gestão nesta área específica é a concretização inequívoca da autonomia regional e é a contribuição, para além do problema do financiamento da reconstrução, da criação de um sistema de coordenação de investimentos, de reafectação de recursos estratégicos de desenvolvimento que para esta Região sejam definidos, quer pelo Governo, quer por esta Casa. O que estamos aqui a discutir é um modelo que permite a integração, com imensas vantagens e com uma enorme coerência, de um vasto conjunto de investimentos que contribuirá decisivamente, não para a estagnação económica desta Região, mas para o seu desenvolvimento. Isso é importante e tem que ser relevado de toda esta discussão de apresentação deste diploma e da sua aprovação.

Por essa razão, quando a bancada e o Grupo Parlamentar do PSD afirma que esta solução resolve o desespero dos sinistrados que ainda não têm os seus casos resolvidos, é efectivamente verdade, mas não devia ser esta frase que devia utilizar. O que devia dizer é que esta solução resolve o desespero em que o Governo da República, por intenção, por acção e por indicação directa do PSD e do PP/Açores, colocou os sinistrados da Região Autónoma dos Açores que ainda não têm os seus casos resolvidos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais inscrições para este debate, na generalidade, vamos passar à votação.

Antes disso, o Sr. Secretário da Mesa vai informar a câmara dos tempos ainda disponíveis.

Secretário: O Partido Socialista gastou 34 minutos. Dispõe de 10 minutos.

O PSD gastou os 22 minutos que dispunha.

O CDS/PP gastou 9 minutos. Dispõe de 1 minuto.

O PCP gastou os seus 10 minutos.

O Governo gastou 38 minutos e dispõe ainda de 6 minutos.

Presidente: Vamos então proceder à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com este diploma, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Em termos de especialidade, o PSD apresentou várias propostas.

Temos uma proposta de aditamento para o artigo 6º e várias propostas de eliminação em relação aos estatutos que constam no anexo.

Vamos começar pelo artigo 1º. Neste artigo faz-se referência aos Estatutos que estão em anexo. É aqui que têm que ter em atenção duas propostas de eliminação do PSD para alínea c) do nº 2 do artigo 4º dos Estatutos da Sociedade e também da alínea f), nº1 do artigo 14º.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não consegui perceber a afirmação do Sr. Presidente. Tem que ser tido aqui em conta, o quê? As propostas do PSD para o artigo 1º.?

Não há nenhuma proposta de alteração para o artigo 1º.

Presidente: É no artigo 1º que diz...

O Orador: Ao aprovar os Estatutos, na especialidade, vamos votar os mesmos.

Presidente: Não, Sr. Deputado. O artigo 1º diz que “a sociedade rege-se pelas normas que regulam as sociedades anónimas, com excepção no presente, incluindo os estatutos em anexo.”

Como o artigo 1º é que refere os estatutos, se nós aprovarmos integralmente este artigo 1º, ficam aprovados os estatutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, se calhar faria mais sentido discutir os estatutos quando se discutir o artigo 6º, nomeadamente quando no seu nº 1 se estabelece claramente que são aprovados os estatutos.

Presidente: Do ponto de vista da mesa não há nenhuma problema.

Está aberto o debate para o artigo 1º.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar à votação.

Julgo que podemos votar os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Os artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 6º. Para este artigo a Mesa aceita a sugestão proposta. Chamo atenção que este artigo inclui uma norma transitória.

Em relação aos estatutos, temos as propostas de alteração apresentadas pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam com as propostas de eliminação, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de eliminação foram rejeitadas com 25 votos contra do PS, 2 votos contra do PCP, 12 votos a favor do PSD e 2 votos de abstenção do PP.

Presidente: Vamos passar ao artigo 6º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6º foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 12 votos de abstenção do PSD.

Presidente: Vamos votar de seguida a proposta de aditamento, apresentada pelo Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu pedi a palavra para, em nome do Governo Regional, dizer que independentemente da votação que for feita, o Governo Regional, desde a primeira hora, teve um objectivo de curto prazo para a criação desta sociedade anónima, que é o financiamento do processo da reconstrução. Essa é a nossa prioridade.

Gostaria de dizer também, uma vez que posso não ter oportunidade para voltar a referir, que nós conhecemos e estão identificados os casos remanescentes, nomeadamente os chamados “sem terra” e algumas situações que ainda gravitam à volta da reconstrução. Eles serão automaticamente transferidos para a sociedade anónima para, na base do entendimento que houver sob o ponto de vista das empreitadas e também sob o ponto de vista do financiamento que ficará disponível, poder dar a melhor resposta.

Salvaguardando uma situação que me parece de todo óbvio, não é fácil nesta altura, depois de empreitadas contratualizadas com determinado volume de obra, estar a inscrever mais pessoas, porque isso ultrapassaria, por exemplo, os 25% de trabalhos a mais, se fosse caso disso.

Isto é uma matéria que tem que ser estudada no âmbito do funcionamento das empreitadas e da sociedade anónima, ainda que a orientação global do Governo, em matéria de financiamento, seja para resolver os 50 casos “sem terra” que nós temos identificados, no caso do Faial, e os 36 do Pico.

Presidente: **Debatida esta proposta de aditamento, vamos passar à votação.**

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: **A proposta de aditamento foi rejeitada com 25 votos contra do PS, 2 votos contra do PCP, 12 votos a favor do PSD e 2 votos de abstenção do PP.**

Presidente: **Artigo 7º.**

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: **O artigo 7º foi aprovado por unanimidade.**

Presidente: **Passamos à votação final global.**

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Decreto Legislativo Regional que “cria a Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infra-estruturas S.A” , mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: **A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.**

(Aplausos da Câmara)

Presidente: **Srs. Deputados, temos ainda mais uma Proposta de Resolução do seguinte teor:**

“A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Janeiro.”

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: **A Proposta de Resolução foi aprovado por unanimidade.**

Presidente: **Terminaram por aqui os nossos trabalhos.**

Muito obrigado pela vossa colaboração.

Boa viagem de regresso às vossas casas.

(Eram 11 horas e 50 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Manuel Herberto Santos da Rosa

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Popular (PP)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins Cardoso da Costa

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

José Humberto Medeiros Chaves

Partido Social Democrata (PSD)

Humberto Trindade Borges de Melo

Manuel da Silva Azevedo

Victor do Couto Cruz

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*